

INVESTIGAÇÃO DE APOIO À ESTRUTURAÇÃO DE ATIVIDADES DE RECICLAGEM NA ILHA GRANDE DOS MARINHEIROS

Victória Mendonça¹ (vickymendoncass@gmail.com)

Leonardo Machado¹ (leosmc@gmail.com)

Cláudia Viviane Viegas¹ (cldviegas@gmail.com)

¹Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Escola de Administração.

RESUMO

A Ilha Grande dos Marinheiros (IGM), localizada no arquipélago de 16 ilhas do Delta do Rio Jacuí, em Porto Alegre (RS), é cenário histórico de tentativas de construção e reconstrução da dignidade de moradores que, em sua maioria, se sustenta da coleta, separação e venda de resíduos sólidos. Nos anos 80 do século passado, os catadores da IGM tentaram obter um galpão próprio de triagem, uma vez que depositam os resíduos nos pátios de suas casas, gerando uma situação de risco à saúde e ao meio ambiente. Mesmo com avanços no início dos anos 90, a organização dos catadores permaneceu precária devido a mudanças de orientação de políticas públicas. Em 2008, o governo municipal decidiu eliminar gradativamente a circulação de veículos de tração animal e humana, determinando um cronograma de descomissionamento dessas atividades, ano a ano. Esta situação restringiu muito o trabalho dos catadores da IGM. Em 2014, outra lei determinou que as atividades de coleta e reciclagem de resíduos ficassem sob responsabilidade exclusiva da administração municipal. Os catadores consideram esta iniciativa uma espécie de criminalização de suas atividades. Além disto, a construção da Ponte Nova sobre o lago Guaíba, concluída em 2019, trouxe maior instabilidade aos moradores do local. Diante de tantas dificuldades, o presente trabalho investigou uma cooperativa de reciclagem de resíduos considerada bem administrada como forma de propor ideias para a organização dos catadores da IGM. Foram levantados indicadores econômicos e socioeconômicos para servir de apoio à tentativa de reorganizar esses trabalhadores. **Palavras-chave:** catadores; organização socioeconômica; Ilha Grande dos Marinheiros.

SUPPORT INVESTIGATION TO STRUCTURING RECYCLING ACTIVITIES AT ILHA GRANDE DOS MARINHEIROS

ABSTRACT

The Ilha Grande dos Marinheiros (IGM), placed in an archipelago of 16 islands in Delta do Rio Jacuí, Porto Alegre (RS), is a historic scenario of attempts to build and re-build the dignity of residents who mostly sustain themselves from the collection, separation, and sale of solid wastes. In the 80's of the last century, collectors of the IGM tried to get their own shed to sort what they collect, as they store the wastes in the courtyards of their residences, which bring situations of health and environmental risks. Regardless some advancement in the beginning of the 90's, the organization of the collectors remained precarious due to changes of public policies. As in 2008, the municipal government decided to slowly eliminate the circulation of animal-drawn and human-drawn vehicles, establishing a schedule for decommissioning these activities, year by year. Such situation widely constrained the work of the IGM collectors. In 2014, other law determined that the activities of collection and sorting keep on the exclusive responsibility of the public municipal management. The collectors consider such initiative as a type of criminalization of their activities. Besides, the building of a New Bridge over the Guaiba Lake, finished in 2019, brought more instability to the local residents. In face of so many difficulties, the current work investigated a recycling cooperative considered in good management as form to propose ideas to the IGM collectors organization. Economic, social, and environmental indicators were raised to support the attempt or reorganize these workers.

Keywords: collectors; socioeconomic organization; Ilha Grande dos Marinheiros.

1 INTRODUÇÃO

O município de Porto Alegre gerava 1.121 toneladas de resíduos diariamente em março de 2021 – das quais 51 toneladas são recicláveis. Contudo, a quantidade reciclável poderia ser bem maior se a população procedesse corretamente ao descarte (MACHADO, 2021). Paralelamente à falta de conscientização e ação adequada das pessoas, há um lado invisível da cidade que aguarda há décadas para trabalhar devidamente em atividades de coleta, separação e destinação correta de resíduos. Trata-se dos moradores da Ilha Grande dos Marinheiros (IGM), uma das 16 ilhas pertencentes ao bairro chamado Arquipélago desde a década de 50. Estimados em cerca de 1,1 mil habitantes em 2010 (NECTOUX, 2017), os moradores da IGM, assim como o próprio espaço físico e cultural que habitam, parecem invisíveis aos moradores do restante dos bairros de Porto Alegre. Conforme Sosniski (2006) esta “invisibilidade” traduz também o estado socioeconômico vulnerável dos catadores da IGM, que são a maioria da população. Eles trabalham sem qualquer garantia de condições mínimas de segurança e saúde e, ao longo dos anos, testemunham uma crescente perda de oportunidades, premidos pelas constantes mudanças na legislação sobre gerenciamento de resíduos sólidos e ordenamento do espaço urbano da cidade.

A busca pela concretização da criação do centro de reciclagem dos catadores e recicladores de resíduos da IGM não é fácil, pois há diversos obstáculos burocráticos e até mesmo de concorrência, tendo em vista a atuação de empresas de reciclagem cadastradas junto à Administração Municipal de Porto Alegre, que dificultam o recolhimento dos resíduos dos catadores autônomos em determinadas propriedades, como condomínios residenciais, por exemplo, que são autorizados a entregar seus resíduos apenas para empresas conveniadas à municipalidade. Atualmente existem 16 unidades de triagem cadastradas junto ao Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) de Porto Alegre, que destina R\$ 5.200 mensais para apoio a estas atividades. Outras três estão em processo de cadastramento (DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022).

Em abril de 2022, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul obteve a assinatura de representantes de diversas entidades em um Termo de Compromisso segundo o qual haverá a inclusão gradativa de catadores da IGM na coleta seletiva de resíduos em Porto Alegre. Esses trabalhadores deverão obedecer a procedimentos de cadastramento e regras para coleta de resíduos em condomínios da Capital gaúcha, enquanto que a Prefeitura deverá providenciar a construção de uma área específica para a triagem de resíduos para eles. Inicialmente, estão sendo incluídos no acordo 143 trabalhadores. Em novembro de 2022 e em março de 2023, o representante da Defensoria Pública do Estado, Dr. Rafael Pedro Maganin, esteve na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), juntamente com o presidente e a tesoureira da Cooperativa dos Recicladores e Papeleiros da IGM, respectivamente, Venâncio Castro e Maria Letícia Azambuja Bez, para apresentar a iniciativa a estudantes do curso de Administração Pública e Social da Escola de Administração. Em função disto, alunos se mobilizaram para dar apoio aos catadores, divulgando suas problemática e demandas junto a outros departamentos da comunidade acadêmica e propondo formas de melhor organizar seu trabalho. Um grupo de alunos buscou subsídios junto a uma cooperativa de Campo Bom, no Vale do Sinos, considerada como referência em práticas de reciclagem de resíduos sólidos. O presente trabalho, portanto, tem por objetivo apresentar ideias para a estruturação de atividades de reciclagem na IGM partindo de boas práticas. A questão chave é: quais indicadores socioeconômicos e ambientais podem ser aplicados às práticas dos catadores para melhorar o gerenciamento de suas rotinas?

O trabalho justifica-se pela crescente geração de resíduos sólidos em Porto Alegre, pela falta de conscientização e cuidados da população com relação ao manejo de seus resíduos e, principalmente, pelo processo progressivo de exclusão a que vêm sendo submetidos os recicladores da IGM. O trabalho está assim dividido. Após esta Introdução, é apresentada uma breve revisão da literatura sobre o contexto de vida dos catadores da IGM, baseada em estudos

acadêmicos. Na sequência, apresentam-se detalhadamente os objetivos, a metodologia, os resultados e as considerações finais.

2 REVISÃO DA LITERATURA

O bairro onde se localiza a IGM chama-se Arquipélago, é composto por 16 ilhas e foi criado por lei em 1959. Contudo, grande parte da população porto-alegrense sequer conhece a denominação do bairro, que parece invisível tanto cartograficamente quanto politicamente da vida da cidade. Segundo Ribeiro (2018), a IGM contava com 1.140 habitantes em 2010 (87% a mais que em 2000). A renda média neste bairro é estimada em 2,03 salários mínimos, e a taxa de analfabetismo é de 7,7% (RIBEIRO, 2018). A comunidade local é caracterizada pela predominância de famílias cuja ocupação principal é a separação de resíduos, geralmente feita por mulheres, sendo os resíduos acumulados nos pátios das próprias casas. A IGM apresenta diversos problemas de infraestrutura, sendo que até 2008 contava com água apenas por meio de caminhões-pipa. Desde então, o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) de Porto Alegre passou a fornecer água canalizada para os moradores do local.

A Cooperativa dos Recicladores e Catadores da IGM enfrenta uma série de desafios para continuar seu trabalho, especialmente devido a uma sucessão de políticas públicas que aviltaram a inclusão de trabalhadores ligados a ela. Estes trabalhadores vivem, em sua maioria, em situação de extrema pobreza, com moradias precárias e sem saneamento básico. As atividades de coleta, separação e venda de resíduos sólidos são as que garantem seu sustento. O significado dos resíduos sólidos, para eles, vai além do financeiro, uma vez que envolve tradição, orgulho e pertencimento. Muitos são idosos e lutam pela regularização de sua situação há pelo menos quatro décadas.

De acordo com Frantz (2010), os lixões eram comuns na área da IGM e em todo o Delta do Jacuí, especialmente a partir dos anos 70. Com a criação da área de preservação do Delta do Jacuí, em 1976, este cenário foi amenizado em certas partes do arquipélago. A atividade de coleta e separação de resíduos, porém, é algo tradicional, da cultura dos moradores locais, sendo as atividades de pesca e agricultura pouco praticadas. No contexto da atividade de manuseio de resíduos, geralmente são os homens que fazem a coleta e as mulheres que segregam o material (RIBEIRO, 2018).

Conforme relatos históricos e etnográficos, a coleta de resíduos por parte de moradores das ilhas do Guaíba se intensificou na década de 70 do século XX, sendo realizada principalmente a partir dos bairros Centro, Cidade Baixa e Menino Deus, que são os bairros geograficamente mais acessíveis a esses trabalhadores (FRANTZ, 2010).

Em 1986, foi criado o Grupo de Apoio Mulheres Papeleirasa fim de tentar constituir um galpão de reciclagem, que acabou sendo oficializado pela Prefeitura de Porto Alegre em 1990. Contudo, as sucessivas mudanças de políticas públicas municipais levaram à falta de incentivo e à desagregação desses esforços. Outro esforço de organização foi feito em 2002, quando o DMLU criou o Grupo de Trabalho Política para Catadores de Materiais Recicláveis, tentando então inserir os carroceiros, mas sem muito sucesso.

Duas leis prejudicaram bastante a atividade dos catadores da IGM. Em 2008, a Lei Municipal 10.531 (PORTO ALEGRE, 2008; FRANTZ, 2010) proibiu a circulação de carroças de tração animal e de carrinhos puxados por pessoas (veículos de tração animal e humana, respectivamente). Esta lei estabeleceu um prazo de transição de oito anos para a eliminação de circulação das carroças de tração animal (encerrado em 2016), porém, para os veículos de tração humana, há ainda aditivos à lei que permitem sua circulação pelo menos até 31 de dezembro de 2023. Outra legislação que os catadores consideraram muito agressiva é a Lei Complementar 728/2014, a qual tornou competência exclusiva do DMLU as atividades de coleta, transporte, transbordo, separação, reciclagem e destinação final de resíduos sólidos. De acordo com a Lei Complementar 728/2014, que instituiu o Código Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre, catadores autônomos não têm direito de fazer a coleta de resíduos sólidos na Capital. O descumprimento da lei representa infração gravíssima e resulta em multa que os catadores não conseguem pagar. (FIALHO, 2022).

A situação desses trabalhadores vem num crescendo de dificuldades, agravadas, nos últimos anos, pelas indefinições quanto à realocação de famílias da região do Delta do Jacuí devido à construção da Ponte Nova sobre o Lago Guaíba. Conforme Nectoux (2017), houve uma grande indiferença e excesso de burocracia sobre os moradores, incluindo os da IGM, quando das negociações sobre sua realocação, uma vez que o projeto da ponte incluiu áreas do arquipélago, obrigado à realocação de muitas famílias. Segundo Ribeiro (2018), trata-se de um processo de desterritorialização que afligiu durante anos sucessivos as famílias locais, sendo que as obras já haviam avançado em 60%, até 2018, sem haver uma definição clara sobre o destino dos moradores.

Diante de tantas pressões, o cooperativismo é a forma de resistência dos catadores da IGM. Esta forma de associação é assegurada pela Constituição Federal de 1988, que declara que “(...) a criação de associações e, na forma de lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo vedada a interferência estatal em seu funcionamento” (BRASIL, 1998). Além disso, a Constituição garante que “[a] lei apoiará e estimulará o cooperativismo e outras formas de associativismo”. (BRASIL, 1988).

O Brasil contava, em 2020, com 852 cooperativas, as quais captaram 216,90 bilhões de reais. A região Sudeste é a que concentra maior número de cooperativas (427), seguida pelas regiões Sul (262), Centro-Oeste (70), Nordeste (61) e Norte (32) (BICOOP, 2020). Em janeiro de 2021 12.787.976 pessoas estavam associadas em cooperativas divididas entre 5178 municípios. Destes, 57,29% eram do sexo masculino e 43,80% tinham entre 30 e 50 anos, a maioria estava associada entre 1 e 5 anos (37,80%) e entre 5 e 10 anos (25,94%). Apesar da região Sudeste ter um número maior de cooperativas, os estados da região Sul lideram em números cooperados (BICOOP, 2021). Além do cooperativismo, outras formas de organização, como a autogestão, podem ajudar trabalhadores a considerar os efeitos coletivos e individuais de suas decisões (ÖSTROM, 2015). Desta forma, o presente trabalho busca coletar informações que ajudem a viabilizar a ação de cooperados e como podem se tornar mais autônomos e fortalecidos em suas demandas.

1. OBJETIVOS

Este trabalho tem por objetivo geral apresentar ideias para a estruturação de atividades de reciclagem na IGM partindo de boas práticas já realizadas em atividades da mesma natureza. São objetivos específicos:

- identificar e coletar dados junto a cooperativa(s) de reciclagem de resíduos sólidos;
- descrever as principais rotinas, aspectos de desempenho, indicadores e outros elementos que possam servir de apoio à estruturação do trabalho dos catadores da IGM a partir de visita(s).

2. METODOLOGIA

Segundo Gerhardt e Siilveira (2009), a pesquisa exploratória, adotada como principal método neste trabalho, tem por objetivo aproximar o pesquisador do objeto pesquisado. No caso em estudo, o elemento exploratório está na busca de familiaridade dos pesquisadores, acadêmicos do curso de Administração Pública e Social, com a realidade cotidiana das cooperativas. Ou seja, o elemento exploratório não significa a ausência de estudos sobre como funcionam cooperativas, mas na necessidade de compreensão das dinâmicas de trabalho dos cooperados por arte de estudantes. Desta forma, os alunos realizaram uma visita a uma cooperativa considerada em situação de adequada gestão pela Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul. A ideia inicial era visitar outras instituições envolvidas na problemática de gestão de resíduos, porém, houve a delimitação a uma unidade em função do número limitado de horas disponíveis para a atividade, que foi realizada como parte das atividades práticas da disciplina Gestão Socioambiental em Organizações Públicas e Sociais, de novembro de 2022 a abril de 2023. A visita foi realizada no final de março de 2023 com o intuito de conhecer uma cooperativa localizada em Campo Bom e identificar suas práticas e indicadores.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da visita realizada durante **duas horas (?)** e dos registros obtidos por meio de entrevistas não estruturadas com os cooperativados (**quem respondeu?**), buscou-se compreender e descrever as rotinas de trabalho e os resultados da Cooperativa Coolabore - Cooperativa De Trabalho, Limpeza Urbana e Reciclagem . A cooperativa é contratada pela Prefeitura para fazer o serviço global de coleta, seleção, reciclagem e destinação final de resíduos. Tem registro de CNPJ (pessoa jurídica) 00.506.046/0001-87, foi fundada em 1995 e se localiza na Rua Giruá, número 75, bairro Ipiranga, município de Campo Bom.

A cooperativa atua em propriedade cedida pela Prefeitura. Os ganhos são divididos igualmente entre todos, independentemente da função exercida. Aposentados, porém, não possuem divisão de ganhos.

São 37 cooperados que atuam em atividades como coleta de matéria orgânica, rejeitos (papel higiênico, guardanapos, sachês) e material reciclável, como vidro, plástico, metais, papel e papelão, além de embalagens multicamadas (como tetrapak, presente em caixas de leite, e embalagens de frios, entre outras). Não coletam resíduos industriais (couro, borracha e têxteis, muito comuns na região).

Diariamente, são coletadas 50 toneladas de resíduos. A Tabela 1 apresenta alguns dados dos valores obtidos por tipo de material (indicadores econômicos).

Tabela 1. Valores obtidos com a coleta seletiva da Coolabore

Material	Valor/kg (R\$)
tetrapak	0,16
vidro	0,16
Metais ferrosos	0,70
lata	6,50
panela	10,00
fio sem capa	10,00
cobre	32,00

Estimativa informada a partir dos principais materiais recicláveis coletados.

A coleta é realizada com uso de caminhões contratados pelo município de Campo Bom. A Prefeitura fornece o material operacional (máquinas, esteira, retroescavadeira, diesel). Uma parte dos materiais recicláveis é disponibilizada por moradores, que contam com Pontos de Entrega Voluntária (PEV) em unidades públicas e em alguns prédios e empresas.

Com relação aos indicadores socioeconômicos, relativos ao perfil dos trabalhadores, observou-se que há apenas uma mulher (0,25%) devido ao fato de que as atividades são rotativas, e algumas exigem emprego de força física significativa, o que limita a presença de mulheres. Dos cooperados, 30% têm idade inferior a 25 anos, 20% têm entre 25 e 40 anos de idade. Há cinco cooperados trabalhando há mais de 20 anos no local e apenas dois há menos de um ano. Existe uma grande facilidade de comunicação, todos conversam presencialmente para organizar suas rotinas. A jornada é de seis horas em dois turnos: das 6h às 12h e das 12h às 18h. Realizam reuniões no horário do meio-dia, que é o horário de saída de um grupo e de entrada do próximo. Realizam ainda assembleia mensal para prestação de contas. Não existe cartão-ponto, de modo que cada cooperado é responsável por estar presente pontualmente no local de trabalho.

Os cooperados mantêm algumas atividades junto à comunidade do entorno. Professores da região levam estudantes para conhecer o trabalho da cooperativa, e representantes da cooperativa também fazem visitas a escolas, mas o restante da comunidade não costuma interagir com a cooperativa.

Os indicadores econômicos e socioeconômicos obtidos junto aos cooperativados da Coolabore, assim como aspectos descritivos das rotinas de trabalho, podem ajudar os catadores da IGM em

seus processos de gestão. A principal contribuição observada diz respeito menos aos indicadores de valores dos resíduos (que são variáveis, assim como o tipo de resíduo) do que às práticas de organização do trabalho. Nota-se que a Coolabore apresenta um sistema muito semelhante ao de autogestão (Östrom, 2015) em sua forma de direcionar as rotinas e comprometimento dos trabalhadores. Além disto, mostra práticas que facilitam a boa convivência e a transparência, como as reuniões diárias e a prestação de contas mensal. Outro ponto de destaque é a relação com a comunidade. Desta forma, as principais experiências que poderiam ser aproveitadas pelos catadores da IGM diz respeito aos aspectos de organização, rotina e relacionamento. Neste sentido, observa-se que a cooperativa da IGM está conseguindo, aos poucos, maior espaço junto a comunidades de Porto Alegre que podem apoiar seu trabalho tanto nos aspectos de divulgação (visibilidade) quanto nas questões gerenciais que exijam técnicas (organização de dados, análises) e maior exploração de campo (identificação dos bairros da cidade de Porto Alegre com maior volume de resíduos de maior valor agregado). Uma lacuna significativa, tanto no caso da Coolabore quanto no caso da cooperativa da IGM, diz respeito aos direitos trabalhistas tradicionais. Em ambos os casos, os cooperados carecem de garantias para atingirem níveis mandatários de segurança e saúde no trabalho, além de questões básicas como uma renda mínima fixa garantida.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Há um número considerável de pessoas que se sustenta da reciclagem de resíduos sólidos. A denominação desse tipo de trabalhador não é oficial, podendo ser chamados de diferentes formas, dependendo da maneira como se utiliza o material e da forma de seu manuseio. De maneira geral, são denominados recicladores aqueles que exercem suas atividades nas unidades de reciclagem e catadores aqueles que atuam como carroceiros, carrinheiros e coletores que trabalham a pé. O presente trabalho tratou da investigação sobre as demandas dos catadores da IGM partindo da descrição de sua realidade socioeconômica. Foram descritas as pressões e restrições históricas a que estão sujeitos os agentes que contribuem, mesmo que informalmente e sem o devido reconhecimento, para reduzir a carga de resíduos sólidos na cidade de Porto Alegre. Buscou-se conhecer as rotinas e processos de trabalho, convivência e relacionamentos em uma cooperativa considerada referencial em sua região (Vale do Sinos) como ponto de apoio para a cooperativa dos recicladores da IGM. Pode-se concluir que a visibilidade do trabalho dos catadores, assim como de suas demandas, é fundamental para eliminar o véu da invisibilidade histórica que dificulta suas tentativas de organização. Tendo apoio de instituições públicas, como a Defensoria Estadual, e a Universidade pública, os catadores da IGM provavelmente terão maiores oportunidades de levar à sociedade não apenas suas reivindicações, mas seu conhecimento e valorização de seu papel no contexto da infraestrutura urbana.

Agradecimentos

À UFRGS, à Defensoria Pública do Estado do RS, ao CNPq (processo 404.551/2021-1).

REFERÊNCIAS

BICOOP. Portal de Cooperativismo. Disponível em: <<https://www.bicoop.com.br/portal/relatorio/cooperados>>. Acesso em 27/04/2023.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL. Termo de Compromisso. 27 de abril de 2022.

DMLU. Departamento Municipal de Limpeza Urbana de Porto Alegre. Unidades de Triagem. Disponível em:<

<https://prefeitura.poa.br/dmlu/unidades-de-triagem> >. Acesso em 26/04/2023.

FIALHO, K. Projeto promove trégua na disputa entre catadores e prefeitura de Porto Alegre por resíduos recicláveis. **Diário Gaúcho**. 14 de outubro de 2022. Disponível em:

<http://diariogaucha.clicrbs.com.br/rs/dia-a-dia/noticia/2022/10/projeto-promove-tregua-na-disputaentre-catadores-e-prefeitura-de-porto-alegre-por-residuos-reciclaeis-23260667.html/>.

Acesso em 16/02/2023.

FRANTZ, P.S. Carroceiros do Celta do Jacuí:um olhar a partir da lei dos carroceiros de Porto Alegre. **Monografia**. Curso e Geografia, Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010, 61f.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

MACHADO, A. **Porto Alegre gasta R\$ 8 milhões por ano com lixo que não é separado corretamente pela população**. Disponível em: < [NECTOUX, A.S. Eles falam com a gente, mas fica só na conversa: burocracia, indiferença e os impactos da gestão na obra da Ponte Nova do Guaíba na Ilha Grande dos Marinheiros. **Monografia**. Curso de Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2017, 67f.](https://prefeitura.poa.br/dmlu/noticias/porto-alegre-gasta-r-8-milhoes-por-ano-com-lixo-que-nao-e-separado-corretamente-pela#:~:text=Diariamente%2C%20o%20Departamento%20Municipal%20de,e%20rejeito%20da%20Coleta%20Domiciliar.>, 05/03/2021. Acesso em 27 de abril de 2023.</p></div><div data-bbox=)

ÖSTROM, E. **Governing the Commons**. The Evolution of Collective Institutions for Collective Action. Cambridge, ISBN-10 1107569788, 2015.

PORTO ALEGRE. Lei Ordinária 10.531/2008. Institui, no município de Porto Alegre, o programa de redução gradativa do número de veículos de tração animal e de veículos de tração humana, e dá outras providências. Disponível em:< [>](https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-ordinaria/2008/1054/10531/lei-ordinaria-n-10531-2008-institui-no-municipio-de-porto-alegre-o-programa-de-reducao-gradativa-do-numero-de-veiculos-de-tracao-animal-e-de-veiculos-de-tracao-humana-e-da-outras-providencias). Acesso em 26 de abril de 2023.

PORTO ALEGRE. **Lei Complementar 728**. Institui o Código Municipal de Limpeza Urbana (...) e dá outras providências. Disponível em:< [>](https://leismunicipais.com.br/a/rs/p/porto-alegre/lei-complementar/2014/73/728/lei-complementar-n-728-2014-institui-o-codigo-municipal-de-limpeza-urbana-revoqa-as-leis-complementares-no-s-234-de-10-de-outubro-de-1990-274-de-25-de-marco-de-1992-376-de-3-de-junho-de-1996-377-de-3-de-junho-de-1996-591-de-23-de-abril-de-2008-e-602-de-24-de-novembro-de-2008-e-da-outras-providencias). Acesso em 26 de abril de 2023.

RIBEIRO, L.S. Perspectivas de Reassentamento e Impactos à População Atingida pela Construção da Nova Ponte do Guaíba em Porto Alegre/RS. **Monografia**. Instituto de Geociências . Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2018,83f.

SOSNISKI, C. Repensando fronteiras entre o lixo e o corpo: estudo etnográfico sobre o cotidiano de recicladores, catadores e carroceiros na Ilha Grande dos Marinheiros.Programa de Pós-graduação em Antropologia Social. **Dissertação**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006,130f.